



# CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

TAMARANA, 15 DE JUNHO DE 2022.

REQUERIMENTO ...34.../2022

EXMO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

As vereadoras que abaixo subscrevem, nos termos regimentais, requerem que o Regimento Interno seja cumprido em relação às Comissões Permanentes, do artigo nº 37 ao 45, conforme segue na justificativa.

## Justificativa

Considerando o questionamento acima segue o que se exige que seja cumprido:

**Art. 37.** As Comissões Permanentes são 04 (quatro), compostas, cada uma de 03 (três)

membros, com as seguintes denominações:

I - a Comissão de Justiça, Finanças, Legislação e Tomada de Contas (CJFLTC);

II - a Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social (CESAS);

III - a Comissão de Viação, Obras Públicas e Transportes (CVOPT);

IV - a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio (CAIC).

**Art. 38.** A eleição das Comissões Permanentes será feita por maioria simples eleito aquele que obtiver o maior número de votos e, no caso de empate, se procederá a nova votação tantas quantas forem necessárias, sempre com interstício de 30 minutos entre cada votação.

§ 1.º Os membros serão escolhidos para integrá-las pelo período de dois anos, permitida a recondução.

§ 2.º A escolha será realizada no primeiro dia útil imediato à eleição da Mesa, na primeira sessão legislativa, e no primeiro dia útil do período legislativo ordinário nos demais exercícios.

§ 3.º Cada Vereador poderá participar de até duas comissões.

**Art. 39.** Compete à Comissão de Justiça, Finanças, Legislação e Tomada de Contas manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, quando solicitado o seu parecer por imposição regimental ou por deliberação do Plenário.

§ 1º. É obrigatória a audiência da Comissão de Justiça, Finanças, Legislação e Tomada de Contas sobre todos os processos que tramitarem pela Câmara, ressalvados os que explicitamente, tiverem outro destino por este Regimento.

§ 2º. Concluindo a Comissão de Justiça, Finanças, Legislação e Tomada de Contas pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, seu parecer seguirá ao Plenário para ser discutido e, somente quando for rejeitado, prosseguirá sua tramitação.

§ 3º. À Comissão de Justiça, Finanças, Legislação e Tomada de Contas compete manifestar-se sobre o mérito das seguintes proposições:

I – organização administrativa da Câmara e da Prefeitura;

- II – criação de entidades de administração indireta ou de Fundações;
- III – aquisição e alienação de bens imóveis;
- IV – contratos, ajustes, convênios e consórcios;
- V – concessão de licença ao Prefeito e a Vereadores;
- VI – alteração de denominação de nomes próprios das vias e logradouros públicos.

**Art. 40.** Compete à Comissão de Justiça, Finanças, Legislação e Tomada de Contas opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro e especialmente quando

o caso de:

- I – Plano Plurianual;
- II – Diretrizes Orçamentárias;
- III – propostas orçamentárias;
- IV – proposições referentes a matérias tributárias, abertura de créditos, empréstimos públicos e as que, diretamente ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidades ao Erário Municipal ou interesse ao crédito e ao Patrimônio Público Municipal;

V – proposições que fixem ou aumentem a remuneração do servidor e que fixem ou atualizem a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.

**Art. 41.** Compete à Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social:

- I - manifestar-se sobre o mérito de matérias que digam respeito à educação, ao ensino, ao desporto, à cultura, à saúde, ao bem-estar social, ao meio ambiente, ao saneamento básico, à defesa dos direitos do cidadão, à segurança pública, aos direitos do consumidor, das minorias, da mulher, da criança, do idoso e do deficiente;
- II - proceder à elaboração de outras proposições, nos termos deste Regimento.

**Art. 42.** Compete à Comissão de Viação, Obras Públicas e Transportes:

- I - manifestar-se sobre o mérito de matérias relativas a planos gerais ou parciais de urbanização, alteração, interrupção ou suspensão de empreendimentos do Município, controle do uso e parcelamento ocupação do solo urbano, sistema viário, edificações, realização de obras públicas, política habitacional, aquisição e alienação de bens, prestação de serviços públicos diretamente pelo Município ou em regime de concessão ou permissão, transporte coletivo urbano, criação e à denominação por nomes próprios de prédios públicos;
- II - proceder à elaboração de outras proposições, nos termos deste Regimento.

**Art. 43.** Compete à Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio:

- I - manifestar-se sobre o mérito de matérias que disciplinem as atividades agropecuárias, econômicas desenvolvidas no Município, que regulem a indústria, o comércio, a prestação

de serviços, o abastecimento de produtos, o turismo e que, visem ao desenvolvimento técnico-científico voltado à atividade produtiva em geral;

- II - proceder à elaboração de outras proposições, nos termos deste Regimento.

**Art. 44.** As atribuições enumeradas nos artigos acima são meramente indicativas, compreendidas, ainda, na competência das Comissões Permanentes diversas outras, correlatas ou conexas.

**Art. 45.** O prazo para a Comissão exarar parecer será de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da matéria pelo Presidente da Comissão, salvo resolução em contrário do



Plenário.

§ 1º. O Presidente da Comissão terá o prazo improrrogável de 2 (dois) dias para designar, por ordem sequencial de alternância, o relator dentre os membros integrantes da Comissão,

a contar da data do despacho do Presidente da Câmara.

§ 2º. O Relator designado terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentação do parecer.

§ 3º. Findo o prazo sem que o parecer seja apresentado, o Presidente da Comissão avocará o processo e emitirá o parecer.

§ 4º. Cabe ao Presidente da Comissão solicitar prorrogação do prazo para exarar parecer, por iniciativa própria ou a pedido do Relator, a qual poderá ser decidida de ofício pelo Presidente da Câmara.

§ 5º. Findo o prazo sem que o parecer seja concluído, e, sem prorrogação autorizada, o Presidente da Câmara designará uma Comissão Especial de 03 (três) membros para exarar o parecer dentro do prazo improrrogável de 15 (quinze) dias.

§ 6º. Somente será dispensado o parecer em caso de extrema urgência, verificado o fato aludido no Art. 188, § 3º, devendo ser colocada a dispensa em votação do Plenário, sendo impossível a sua concessão quando o fato alcançar toda a comunidade.

§ 7º. O parecer da Comissão deverá ser protocolado na Secretaria da Casa, com antecedência de 4 (quatro) horas do início da Sessão Ordinária, ficando disponível aos Vereadores.

§ 8º. Todos os prazos previstos neste artigo poderão ser reduzidos pela metade, quando se tratar de Projeto de Lei encaminhado pelo Prefeito com prazo de votação previamente fixado, desde que o pedido seja fundamentado, e de emendas e subemendas apresentadas à

Mesa do Plenário.

§ 9º. Tratando-se de projeto de codificação, serão triplicados os prazos deste artigo e seus §§ 1º a 6º.

§ 10. O prazo a que se refere este artigo será duplicado em se tratando de propostas orçamentárias, diretrizes orçamentárias, plano plurianual e de processo de prestação de contas do Município, vedada a sua prorrogação.

§ 11. Os prazos estabelecidos para as Comissões exararem seus pareceres, serão sucessivos a tantas quantas forem as Comissões competentes para análise da matéria, salvo quando se tratar de matéria em regime de urgência ou outra disposição em contrário.

Depois de ouvido o plenário, requeremos à mesa, depois de cumprida as formalidades regimentais, seja oficiado o Exmo. Senhor Presidente da Câmara que se faça cumprir o Regimento Interno da Câmara Municipal.

Nestes Termos

Pedem Deferimento

Sala das sessões, 15 de junho de 2022.

**VEREADORAS:**

  
**Angélica de Oliveira Lima**

  
**Jislaine Pereira Ferraz**

**Ao Exmo Senhor**

**Anauto Souza de Gouvea**

**Presidente Câmara Municipal**

**Nesta.**

**RECEBIDO**

EM: 15 / 06 / 2022

Luiz Carlos Nello da Silva  
CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA